




## *Existirmos: a que será que se destina* – Perspectivas acerca de um Brasil rural

Kamila Vytória Santos e Silva<sup>1</sup> 

<sup>1</sup> Graduanda em História na Universidade Federal do Piauí.  
E-mail: kamilavsantos19@ufpi.edu.br

### INTRODUÇÃO

Em meio ao cenário de múltiplas transformações sociais, políticas e econômicas presenciadas na transição do quadro institucional no alvorecer da República brasileira, é possível perceber um Brasil distante e desamparado: um país rural, que se apresenta aos nossos olhos por meio de variadas facetas, envolto em ambiguidades e contradições, e delineado por caracteres que lhes são próprios.

Destarte, o presente trabalho se propõe a pensar, de modo breve, aspectos desse Brasil, debruçando-se sobretudo sobre três singularidades primordialmente resultantes do plano político em exercício nas primeiras décadas do século XX. Essas características se fazem necessárias na tentativa de compreensão da realidade rural brasileira, na qual a nascente República se apresenta ainda como um ideal abstrato e longínquo de modo que se constitui em uma dura e sofrida existência na trama nordestina: a religiosidade popular, expressa em movimentos como o de Canudos, a configuração do banditismo social, com destaque para o cangaço, e o coronelismo.

Para tanto, fará-se uso de estudos históricos acerca dos supracitados temas: a respeito dos movimentos religiosos, cita-se *Religião e política no alvorecer da República* (2007), de autoria de Jacqueline Hermann; no que tange ao Cangaço, cita-se *Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil* (2011), escrito por Frederico Pernambucano de Mello; e referente ao fenômeno do Coronelismo, *Coronelismo, enxada e voto* (2012), de Victor Nunes Leal. Em diálogo, obras fílmicas como *Guerra de Canudos* (*Guerra*, 1997) e *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (*Deus*, 1964) também são citadas, além de relatos memorialísticos como entrevistas dadas ao longo do tempo por sobreviventes do bando de Lampião, ao refletir o Cangaço, e de Dona Felismina Feitosa da Silva, moradora rural de um povoado da cidade de Timon-Maranhão, na discussão referente à ambígua imagem atribuída aos coronéis. Ainda acerca dessa questão, se utiliza a obra literária *São Bernardo*, escrita por Graciliano Ramos (2006).

Desse modo e tendo em vista a variedade de fontes utilizadas na construção do devido trabalho, propõe-se, a título de introdução, uma breve reflexão

sobre os usos do cinema, da literatura e da memória no desenvolvimento da narrativa histórica.

### **CINEMA, LITERATURA, MEMÓRIA E HISTÓRIA**

Na construção do presente trabalho, utilizou-se, fontes variadas que perpassam sobre os campos cinematográfico, memorialístico, e literário em diálogo com os supracitados estudos de caráter histórico e como instrumentos de apoio à compreensão das múltiplas facetas da conjuntura rural nas primeiras décadas da República brasileira. De tal forma, *a priori* se faz válido salientar brevemente a relevância desses recursos no exercício de análise de uma trama histórica, bem como suas possibilidades e limitações de uso.

Produções fílmicas podem se constituir como um objeto de estudo possível para a História e como fonte documental relevante na investigação dos processos históricos passados, tendo em vista a sua ligação com os contextos sociais, políticos e econômicos nos quais foram desenvolvidas. Destarte, pode-se compreender o caráter sociocultural presente nas produções audiovisuais e, por conseguinte, afirmar que essas se fazem importantes ao representar uma visão acerca de uma certa narrativa histórica sob um suporte e estrutura distintos do qual a escrita da História está habituada.

Porém, é necessário reconhecer o distanciamento que as obras cinematográficas mantêm com a realidade, além de compreender que a “tensão entre subjetividade e objetividade, impressão e testemunho, intervenção estética e registro documental, marca as fontes históricas de natureza audiovisual” (Napolitano, 2008, p. 237). Assim, “uma obra cinematográfica é uma arte imágica que pode tornar-se um documento para pesquisa na medida em que se articula ao contexto socioespacial dos elementos que a compõem, permitindo estabelecer categorias de análises e tomar objetos de estudos” (Dos Santos, 2015, p. 9). Nesse sentido, as obras fílmicas *Guerra de Canudos* (1997) e *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964) se configuram como importantes objetos de estudo acerca do cenário que envolvia o sertão nordestino durante as primeiras décadas da República no Brasil, em que pese ser necessário um olhar atento e criterioso quanto à sua análise em virtude dos aspectos artísticos que as circundam.

Os relatos orais, por sua vez, permitem a escuta de memórias muitas vezes esquecidas e deixadas às margens da escrita da História. Nas palavras de Michael Pollack (1989, p. 4), ao ressaltar a importância das memórias subterrâneas para a compreensão de uma trama histórica, esses testemunhos privilegiam “a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias”. Ademais, segundo Marieta de Moraes Ferreira (2002, p. 330), as fontes orais têm se apresentado como um “instrumento importante no sentido de possibilitar uma

melhor compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos nas diferentes sociedades”.

Sob outro viés, o historiador Nicolau Sevcenko (2003) ressalta a possibilidade de um íntimo diálogo entre os campos da literatura e da história em razão do traço elucidativo e crítico, e da análise social, temporal e espacial presentes nos escritos literários, que as tornam relevantes para a compreensão de marcos históricos. Para tanto, é possível conciliar a capacidade de criação, própria do espírito literário, e a exigência científica no uso de fontes e métodos, própria do historiador, segundo modos originais de observar, sentir, compreender, nomear e exprimir acontecimentos e cenários históricos.

### **O CORONELISMO DENTRO E FORA DAS FRONTEIRAS DE SÃO BERNARDO**

Inicialmente, na tentativa de compreender como o coronelismo se configura enquanto um traço essencial para a compreensão do Brasil rural aqui evidenciado, propõe-se o uso da produção literária *São Bernardo*, de autoria de Graciliano Ramos e publicada no ano de 1934, em íntimo diálogo com as palavras do historiador Victor Nunes Leal em sua obra *Coronelismo, enxada e voto* (2012).

Em princípio, o fenômeno do Coronelismo é descrito por Leal (2012, p. 23) como o “fenômeno de imediata observação para quem procure conhecer a vida política do interior do Brasil”. Assim, percebe-se que esse traço possui um caráter político, tendo em vista que o coronelismo se constitui como uma forma peculiar de exercício do poder privado delineada sobretudo por meio de um compromisso entre a esfera do poder público estadual e federal e a influência social dos chefes locais, tendo seu eixo temporal residente nas primeiras décadas do século XX. Ademais, caracteres como o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais e a estrutura agrária nacional se encontram presentes na configuração do Coronelismo, conforme abaixo evidenciado.

Em síntese, nesse arranjo político, os chefes locais também chamados de “coronéis”, em virtude de sua ligação com a aristocracia rural, exercem influência sobre a população (em sua maioria pobre) por meio de instrumentos como o mandonismo e o filhotismo, que se configuram como meios de exercício do poder através de relações aparentemente pessoais. Por meio da influência exercida, os coronéis concedem privilégios à população que, em troca, lhe garantia votos nas eleições estaduais. Em paralelo, os coronéis mantinham ainda um compromisso com o governo estadual que, por sua vez, estabeleceu aliança com o governo federal, ambas baseadas na oferta de benefícios em troca de apoio político nas eleições. Dessa forma se delinea a primeira fase da República brasileira, denominada “República Oligárquica”, uma vez que o poder político é centralizado

nas mãos de poucas pessoas que se perpetuam nos cargos mais importantes do cenário local, estadual e federal devido ao arranjo salientado.

No romance, Paulo Honório, um típico coronel do século XX, narra a sua trajetória, relatando a sua difícil juventude e o processo de ascensão social até se tornar um chefe local, dono de extensos lotes de terras e exercendo relevante influência social, política e econômica na região de Viçosa, em Alagoas, onde reside na fazenda São Bernardo. No momento no qual escreve, Honório se sente angustiado após a vitória do golpe de Getúlio Vargas em 1930, e também ressentido em razão da morte de sua esposa, Madalena.

Em suas palavras: “o meu fito na vida foi apossar-me das terras de S. Bernardo, construir esta casa, plantar algodão, plantar mamona, levantar a serraria e o descaroador, introduzir nestas brenhas a pomicultura e a avicultura, adquirir um rebanho bovino regular” (Ramos, 2006, p. 6). Reside aqui um traço definidor do poder alicerçado nas mãos dos coronéis: é por meio da posse de uma considerável extensão territorial que exercem seu poder, pois possuem sob seu domínio um notável contingente de trabalhadores dependentes da sua vontade, extraindo de suas terras a sua subsistência e vivendo, sem a piedade do patrão, em meio a uma lamentável pobreza, ignorância e abandono. Na visão do chefe local: “para ser franco, declaro que esses infelizes não me inspiram simpatia. Lastimo a situação em que se acham, reconheço ter contribuído para isso, mas não vou além” (Ramos, 2006, p. 79).

Por meio dessa massa humana de infelizes, constitui-se um relevante lote de votos de cabresto. A fim de compreender o sistema de falseamento do voto presente no Brasil rural através do coronelismo, se faz necessário observar que, durante as primeiras décadas do século XX, grande parcela da população brasileira se encontra espalhada nos interiores do país. Por conseguinte, os governos federal e estadual dependem do forte eleitorado rural nos anos eleitorais. No que tange aos coronéis, afirma Leal (2012, p. 24) que “a força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras”. Logo, a República, com o sufrágio, usa o coronel como um grande captador de votos em benefício próprio.

Em partes, os votos de cabresto resultam da deficiente organização econômica nacional. Paulo Honório, por sua vez, enquanto sujeito de relevância e influência política diante daqueles que sobrevivem sob seu mando, decidia o apoio político que mais lhe privilegiasse e mandava seus funcionários votarem no candidato que apoiava. O chefe local afirma que “as minhas relações com o partido se limitavam a aliciar eleitores, entregar-lhes a chapa oficial e contribuir para a música e foguetes na recepção do governador” (Ramos, 2001, p. 62).

De tal forma, delineia-se um sistema de reciprocidade entre chefes municipais e coronéis de um lado, os quais “conduzem magotes de eleitores

como quem toca tropa de burros” (Leal, 2012, p. 36), e, de outro, os governos estadual e federal, que oferecem empregos, favores, força policial e um poderoso cofre financeiro para os municípios. Essa troca de favores se faz imprescindível diante da busca dos governos gerais por manterem seu poder a todo custo. Oferecendo auxílio financeiro para a construção de obras públicas, que seriam inviáveis de acordo com a condição financeira dos municípios, esse arranjo político agrega parentes e amigos do chefe local no aparato burocrático municipal, acarretando, por vezes, na defasagem da administração local. Deste modo:

A essência, portanto, do compromisso “coronista” — salvo situações especiais que não constituem regra — consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar. (Leal, 2012, p. 36)

Sob outro viés, consoante a Nunes Leal (2012, p. 31), esses trabalhadores rurais consideram as melhorias locais como frutos da insistência e interesse dos líderes locais e coronéis. Conseqüentemente, é por meio de realizações de utilidade pública, como a escola, a estrada, o correio, o telégrafo, o posto de saúde, a energia elétrica, a água encanada, que “o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança”. A título de exemplo, Paulo Honório, foi exaltado como líder político local ao construir uma estrada, uma escola e trazer iluminação elétrica para São Bernardo:

Devagarinho, foram clareando as lâmpadas da iluminação elétrica. Luzes também nas casas dos moradores. Se aqueles desgraçados que se apertavam lá embaixo, ao pé das cercas de Bom-Sucesso, tinham nunca pensado em alumiar-se com eletricidade! Luz até meia-noite. Conforto! E eu pretendia instalar telefones. (Ramos, 2006, p. 21).

Por conseguinte, em decorrência dos favores pessoais concedidos aos moradores locais apoiados pelos governos gerais, o coronel constrói para si a imagem de um pai protetor, estabelecendo o chamado “paternalismo”. Para o trabalhador rural, predominantemente analfabeto, o patrão assume o papel de benfeitor, tendo em vista que recebe dele os únicos “favores” que sua dura existência conhece, e à ele dedicava intensa servidão: “entra ano, sai ano, e o trouxa do empregado no toco, direito como um fuso, cumprindo as obrigações, procurando agradar” (Ramos, 2006, p. 61).

Contudo, a outra face do paternalismo e, conseqüentemente, do filhotismo é o mandonismo, o qual, conforme aponta Nunes Leal (2012, p. 32), “se manifesta na perseguição aos adversários: ‘para os amigos pão, para os inimigos pau’”. A título de exemplo, o coronel Paulo Honório, fazendo uso da força

para alcançar seus objetivos, possivelmente encomenda a morte de Mendonça, seu adversário na luta pelo domínio do poder local, bem como utiliza a violência contra seus próprios funcionários, a fim de fazer valer sua posição: em vários momentos, o personagem “desdenha seus funcionários, como no momento em que agride Marciano por expressar sua opinião, ao afirmar ser comunista, bem como o padre e o professor são avisados sobre as suas preferências políticas’ (Dos Santos e Santim, 2021, p. 16).

Percebe-se, até aqui, a complexidade presente no mecanismo que movimenta o sistema coronelista. Segundo Leal (2012, p. 39), o coronelismo se assenta em duas fraquezas: “fraqueza do dono de terras, que se ilude com o prestígio do poder, obtido à custa da submissão política; fraqueza desamparada e desiludida dos seres quase sub-humanos que arrastam a existência no trato das suas propriedades”. Em outras palavras, o domínio ínfimo desse líder só aparenta força quando observado em contraste com a grande massa de trabalhadores que vive miseravelmente debaixo de suas asas, enchendo as urnas eleitorais conforme seu mandado. Assim os enxergava Paulo Honório:

Bichos. As criaturas que me serviram durante anos eram bichos. Havia bichos domésticos, como o Padilha, bichos do mato, como Casimiro Lopes, e muitos bichos para o serviço do campo, bois mansos. Os currais que se escoram uns aos outros, lá embaixo, tinham lâmpadas elétricas. E os bezerrinhos mais taludos soletravam a cartilha e aprendiam de cor os mandamentos da lei de Deus. (Ramos, 2006, p. 78)

Logo, nas palavras de Victor Nunes Leal (2012, p. 39), “a melhor prova de que o ‘coronelismo’ é antes sintoma de decadência do que manifestação de vitalidade dos senhores rurais nós a temos neste fato: é do sacrifício da autonomia municipal que ele se tem alimentado para sobreviver”. As contradições que envolvem o exercício do coronelismo no sertão nordestino no período em questão podem ser evidenciadas além das fronteiras ficcionais da fazenda de São Bernardo por meio das memórias de Dona Felismina, que relembra, com sensibilidade, sobre Dona Lili Lopes, que em que pese ser uma figura feminina, se constituiu como importante chefe local na região onde ambas viviam.

### **AS MEMÓRIAS DE DONA FELISMINA FEITOSA DA SILVA**

Por meio do relato memorialístico de Dona Felismina Feitosa da Silva<sup>2</sup>, podemos brevemente observar a imagem ambígua construída em torno da figura do coronel sob o olhar de uma moradora rural de um povoado da cidade de Timon-Maranhão (Localidade Cão Açú). Dona Felismina rememora o sentimento avesso alicerçado entre o respeito e o temor diante daquele que detinha forte influência e poder local, nos âmbitos social, econômico e político.

2 Os trechos dos relatos a seguir correspondem ao depoimento de Dona Felismina Feitosa da Silva, cedido na residência da depoente, em 2006, à Francisco das Chagas Atanásio.

Destarte, percebe-se no relato a seguir o caráter de força e o direito ao respeito que, segundo Dona Felismina, eram característicos dos coronéis:

*Meu filho, aqui, naqueles tempo, aqui tudo era terra de ninguém. Aí tinha um pessoal que tinha mais força do que os outro. Quando eu era menina, eles era os dono de terra aqui, dono disso tudo. Eles tinha muitas coisa, tinha tanto dinheiro que compravam tudo... Eles compravam patente de Capitão e Coronel. O coronel era o mais respeitado – só era gente grande e que todo mundo tinha que ter respeito. A gente devia tudo pra eles...*

Por conseguinte, de um lado a moradora rural lembra de Dona Lili Lopes, que mesmo sendo uma mulher, é equiparada à condição de poder de um Coronel em razão da imagem imponente que sustentava e das terras que mantinha sob sua propriedade: “*ela não era chamada assim não, de coronel, mas tinha muitas posse. Quase tudo aqui era dela... Ela tinha uma casa em Teresina e outra aqui. Dona Lili, afirma Dona Felismina, ao chegar ao povoado, seus empregados iam buscá-la e “traziam ela carregando numa cadeira coberta, que tinha uns apoios que eles suspendiam e carregava ela nas costa. Era quatro homens, cada um pegava numa ponta...”*”.

Contudo, o que nos chama atenção é que, para a entrevistada, o fato de Dona Lili descansar sobre as costas de seus empregados não representava nenhum abuso ou injustiça: “*não era judiação dela, não*”, pois, para a entrevistada, “*eles faziam isso pra ela com todo gosto. Iam pegar ela no porto da Varjota e traziam pra cá, carregada na cadeira pra ela não se cansar na viagem*”. Nesse trecho, é possível perceber o aspecto de filhotismo presente nas relações estabelecidas entre os chefes e a população local, uma vez que Dona Lili Lopes era vista por seus subordinados como uma figura protetora, e também no vínculo de compadrio existente entre Dona Lili e seus empregados, pois ela “*era até madrinha do filho dum deles...*”. Em troca, esses lhe dedicavam fervorosa servidão, embora não a enxergassem como tal.

Em contraste a imagem atribuída à Dona Lili Lopes, a quem todos dedicavam respeito, tem-se a figura do Coronel Eduardo Marrera, o qual, segundo Dona Felismina:

*Era ruim, viu, essa família dele era de gente valente que gostava de brigar. Eles tinha muitas posse aqui e queria ser dono de tudo, onde eles chegava eles queria mandar. O pessoal disse que esse Marrera, mandava bater, chicotear, e furar os olhos de quem fizesse raiva a ele. Diz que teve um rapaz daqui, faz muito tempo, que fez raiva a ele. Mandô cortar a língua dele. Esse homem era mau, o Coronel Eduardo...*

De acordo com Atanásio (2012), o coronel emerge no início do século XX como uma espécie de legado da monarquia brasileira, caracterizando-se por ascender no meio rural e configurando sua imagem no imaginário social conforme dois perfis distintos: o de “um homem pouco culto, viril, meio hostil, que aprendeu a lidar com as pessoas mais por uma questão de “necessidade” que por uma questão de cordialidade”, ou mesmo

de um “homem respeitado e distinto, homem religioso, devoto, financiador de igrejas e capelas” (Atanásio, 2012, p. 97).

Ou seja, segundo Atanásio (2012), nos parâmetros do exercício do coronelismo, o chefe local pode assumir duas feições: de um lado, tem-se um sujeito temido, considerado um chefe cruel e autoritário, como o Coronel Eduardo Marrera; e de outro, um sujeito do bem, conhecido por ajudar a comunidade por meio da concessão de favores pessoais e de melhorias públicas, além de estabelecer vínculos pessoais com seus empregados, exemplificado em Dona Lili Lopes. Segundo o autor, esse último ocupava um “lugar de respeito por se apresentar como o homem forte e, dessa forma, construía sutilmente uma rede de relações tecidas sobre os princípios de fidelidade” (Atanásio, 2012, p. 106).

Em suma, em ambas as facetas, envolto em temor ou respeito, o coronel se torna um símbolo de liderança política nas vilas e cidades rurais. Sua posição se tornava lei, e todos os moradores locais se mantinham sob o cerco de sua influência. Diante desse aparato político onde poucos ocupavam o poder e muitos eram desamparados e esquecidos, situa-se um outro aspecto que marca a realidade rural brasileira no alvorecer republicano, conforme abaixo analisado: a devoção religiosa da população.

### **RELIGIOSIDADE POPULAR: O MOVIMENTO DE CANUDOS**

Diante do cenário de mudança da estrutura do regime político brasileiro no alvorecer republicano, bem como das rígidas leis impostas pelos coronéis e da seca violenta e demasiada que alcançou o sertão do país, o sujeito nordestino, rural e marcado por um sentimento de abandono e revolta, busca caminhos de fuga dessa realidade. Desse modo, por vezes encontra refúgio nos movimentos religiosos de caráter popular que emergiram nos anos iniciais da República brasileira. A título de exemplo, cita-se o Movimento de Canudos, delineado no fim do século XIX no sertão baiano sob liderança do beata Antônio Conselheiro que, pregando mensagens de liberdade e esperança, reuniu milhares de pessoas na Fazenda de Canudos, situada na região do Belo Monte:

No sertão nordestino começa a se formar um grupo de pessoas, lideradas por Antônio Vicente Mendes Maciel (Antônio Conselheiro), que buscavam condições melhores de vida e não acreditavam que tal República as traria. O grupo peregrinava pelas vilas e cidades, agregando cada vez mais fiéis aos ensinamentos e profecias de Conselheiro. O grupo então funda no sertão a vila chamada de Belo Monte (atualmente, situada no estado da Bahia), um recanto auto-sustentável. (Dos Santos, 2012, p. 1-2)

Na tentativa de compreender esse movimento, propõe-se na presente análise majoritariamente o uso da obra literária *Os Sertões*, publicada em 1908 por



Euclides da Cunha, e da produção cinematográfica *Guerra de Canudos*, dirigida por Sérgio Rezende e lançada no ano de 1997. *Guerra de Canudos*, por sua vez, busca representar de modo artístico e ficcional a história do movimento, baseando-se na narrativa acerca dessa trama histórica escrita por Euclides da Cunha.

De modo particular, o filme conta a história de uma família sertaneja em que o pai, desolado após uma negociação com um coronel, se encontra indignado com o novo sistema de governo recém implantado. No desenrolar da obra, após ouvir os sermões de Antônio Conselheiro, um beata vindo do Ceará, pregando a volta da monarquia e a restituição do poder da Igreja, limitado com a instauração da República, o homem leva a família a seguir o religioso.

Na obra em questão, é possível perceber o intenso traço religioso que marca as regiões rurais do país no início da República brasileira. Essa forte religiosidade, de caráter sobretudo popular, encontra-se intimamente ligada ao quadro político nacional, tendo em vista que, para aqueles sujeitos que viviam debaixo de uma dura e sofrida existência, a República ainda lhes era um ideal abstrato e distante. Em contrapartida, a República se apresentava como inimiga do povo ao negar os princípios religiosos que norteavam o seu cotidiano, considerando que, por vezes, somente a fé e a devoção a algo divino se mostrava possível na tentativa de atribuir sentido à vida para esse Brasil rural. Nesse sentido, pregava Antônio Conselheiro na produção fílmica: “*Quem tirou Dom Pedro do trono, lhe negando o direito divino de reinar sobre o Brasil? Foi o anticristo da República. Quem inventou o casamento civil fora da Igreja? Foi o anticristo da República. E os impostos, quem inventou?*”.

Logo, diante da pobreza sentida diariamente e ainda do jugo do poder coronelista acima salientado, homens como Antônio Conselheiro atraem uma massa de sujeitos pobres, famintos e já sem nenhuma perspectiva de futuro, em virtude da mensagem de esperança que carregavam e de um lugar de refúgio que anunciavam não mais regido pelas duras leis dos coronéis e marcado pela seca ardente. Nas palavras de Jacqueline Hermann (2007, p. 27), “Conselheiro partilhava com seus adeptos um cotidiano de sofrimento e privações, forjando assim uma vivência religiosa muito concreta, palpável, diariamente renovada pela espera da volta da Monarquia e da ordem de Deus”.

É necessário salientar ainda que esses movimentos de caráter religioso, inseridos em um amplo quadro político, são vistos pelas autoridades republicanas como uma ameaça ao exercício pleno deste poder, como representado em *Guerra de Canudos*: “*não são brasileiros, são fanáticos [...] vamos vencer com violência, que é só o que eles aprenderam a respeitar*”, afirma um defensor da República nos momentos anteriores ao último violento levante militar que destruiu com armas o arraial de Belo Monte. Portanto, para além do forte traço religioso presente no rural brasileiro, se faz preciso compreender os movimentos como esse liderado por Conselheiro como:

Produtos de um quadro de crise que incluía mudanças estruturais decorrentes da acomodação da economia nacional às transformações internacionais (fim da escravidão, alteração do regime de governo); transformações nas formas de poder político local (coronelismo, mandonismo, clientelismo); e desestabilização dos sistemas de referência cultural e religioso (fim do padroado e da justificativa divina do poder do imperador). (Hermann, 2007, p. 32)

Logo, na busca por se libertar da realidade política, social e econômica que envolvia o Brasil nas primeiras décadas da República, muitos sujeitos se refugiavam entre a fé e a devoção, conforme aqui destacado, ou mesmo se envolvendo em um cenário de violência e criminalidade constituído pelo banditismo social, segundo será analisado a seguir, tomando como instrumento de estudo a produção cinematográfica *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (*Deus*, 1964), de Glauber Rocha.

### **GUERREIROS DO SOL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CANGAÇO NO RURAL NORDESTINO**

Considerando o sertão nordestino brasileiro como uma região que possui raízes históricas ligadas ao desenvolvimento econômico baseado na criação de gado, uma outra faceta que se apresenta como delimitadora da realidade rural nacional diz respeito ao uso da violência, tendo em vista que, segundo Mello (2011, p. 63), esse é um “elemento presente na caracterização do ciclo do gado”. Por conseguinte, delineiam-se no cenário rural, sobretudo nordestino, figuras marcadas pelo exercício da violência em suas múltiplas formas de ação, como o valentão, o cabra, o capanga, o jagunço e o cangaceiro, nosso objeto primordial de análise nesse recorte textual.

Na obra *Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*, Frederico Pernambucano de Mello (2011, p. 63-64) aponta o traço legitimador que, por décadas, contribuiu para que a violência exercida por parte das supracitadas figuras fossem toleradas. Segundo o autor, “a excessiva tolerância para com o desforço violento de caráter pessoal ou familiar encontra suas raízes nos primeiros tempos da colonização sertaneja, quando seu emprego se fazia necessário à difícil sobrevivência em face dos ataques de índios e animais bravios” (de Mello, 2011, p. 63-64). Ademais, percebe-se a legitimação no emprego da violência quando, em decorrência da ausente ou ineficaz ordem pública estatal, prolifera-se o poder privado, profundamente autoritário e centralizado, principalmente nas mãos de uma ínfima parcela da sociedade detentora de extensos lotes de terra, como os coronéis.

Entretanto, posteriormente, diante do fortalecimento do poder público e da ordem política, sendo presente a ação repressora oficial, “os processos violentos empregados no exercício direto das próprias razões passam a

ser vistos como processos censuráveis” (Mello, 2011, p. 65). Assim, o emprego privado da violência perde, de modo processual, o seu caráter legitimado conforme a moral sertaneja, passando a ser visto como indício de criminalidade que deveria, portanto, ser reprimida.

O historiador britânico Eric Hobsbawm utilizou, na década de 1960, o termo “banditismo social” para explicar um fenômeno de revolta social de comunidades camponesas no contexto da transição para o capitalismo agrário. Para o autor, o esse é um fenômeno universal, uma vez que os camponeses teriam um modo de vida similar, “definido pelo acesso direto à terra e a uma série de recursos naturais e de reciprocidades costumeiras na comunidade” (Ferrerias, 2003, p. 215). Após Hobsbawm, esse modelo de análise foi aplicado a diferentes realidades e situações, como o cangaço no Brasil.

Em que pese as particularidades do termo, que não cabem aqui serem aprofundadas, podemos nos referir ao cangaço como um fenômeno de banditismo social em virtude de sua caracterização como um movimento de revolta e contestação social por meio das armas e da violência, encaminhado pela população sertaneja. Ademais, é válido ressaltar ainda que a presença do dito “banditismo social” no Brasil não se restringe somente ao sertão nordestino. Contudo, esse ambiente se converte no palco central do cangaço, o qual, surgindo no final do século XIX e meados do século XX, teve sua origem vinculada à questões de ordem social, ideológica e fundiária. Assim, convém lembrar o:

Enorme papel do nosso sertão, com todas as contradições e peculiaridades da cultura pastoril, na formação da imagem que temos hoje do fenômeno cangaço. A imagem que ficou, e se conserva de modo mais generalizado em nossos dias, é cronologicamente a última. É a da década de 20 do século passado, com seu auge: 1926. Esta é a imagem de um cangaço gigante. (Mello, 2011, p. 96)

Em paralelo, Mello salienta que muitos foram os fatores que motivaram a adoção do viver pelas armas entre aqueles homens que se mantinham de modo autônomo – sem lei, nem rei – e nômade, em bandos numerosos (ou não), invadindo vilas e cidades, e tramando vinganças pessoais e coletivas. Bem como se mostravam distintas as condutas empreendidas, os valores respeitados e o próprio exercício da violência. Assim, podemos nos debruçar sobre algumas das motivações que levavam homens e também mulheres a aderirem ao cangaço no sertão nordestino.

Segundo Valéria dos Santos (2015, p. 1), “a discriminação camponesa, a fome, ‘rixas de sangue’, os males do monopólio da terra e a vigência da grande propriedade territorial pré-capitalista faziam parte do cotidiano sertanejo” e, por conseguinte, serviram de base principal para a formação de grupos de “justiceiros” em algumas regiões do Brasil. Em outras palavras, na busca por reagir à conjuntura socioeconômica que envolvia o Brasil no início do

século XX, muitos sujeitos recorrem a práticas criminosas como saquear, sequestrar, e assassinar cidadãos ligados ao poder procurando “fazer justiça” frente às desigualdades sociais que castigavam, sobretudo, a população rural. Constrói-se, a partir da afirmação dessas motivações para o viver pelas armas, uma imagem por vezes romantizada, segundo a qual os cangaceiros passam a ser como “homens que não aceitavam a submissão imposta pela sociedade não como revolucionários, mas como única alternativa de impor limites a violência dos dominadores” (Dos Santos, 2015, p. 2). Assim, a violência é vista por muitos como um mecanismo de força e honra contra as desigualdades:

Se a terra é para ele inacessível, ou quando possui uma nesga de chão vê-se atezado pelo domínio do latifúndio oceânico, devorador de suas energias, monopolizador de todos os privilégios, ditador das piores torpezas, que fazer, se não revoltar-se? Pega em armas, sem objetivos claros, sem rumos certos, apenas para sobreviver no meio que é seu. (Facó, 2009, p. 38)

É seguindo esse desejo de mudança frente ao cenário político, econômico e social das primeiras décadas da República brasileira que o personagem Manoel, central na produção fílmica *Deus e o diabo na terra do sol* (1964) dirigida por Glauber Rocha e caracterizado como um sertanejo pobre, já sem perspectivas de vida, assolado pela fome e angustiado com a injustiça dos coronéis, adere a um movimento de força e resistência armada: o bando do cangaceiro Corisco. Corisco, por sua vez, afirma lutar contra a República e contra os males que acreditava serem resultado do exercício dessa:

*Cangaceiro de duas cabeças, uma por dentro e outra por fora. Agora quero ver se esse homem de duas cabeças não pode consertar esse sertão... E o gigante da maldade comendo o povo para engordar o governo da República, mas São Jorge me emprestou a lança dele para matar o gigante da maldade. Taqui, taqui o meu fuzil para não deixar pobre morrer de fome.*

Na obra cinematográfica em questão, pode-se perceber, por meio do “casebre do camponês, o pilão onde Rosa trabalha, a casa de farinha e a moenda rudimentar onde se rala a mandioca, a cuia onde se come e a claridade da lamparina” (Tolentino, 1993, p. 73), a difícil existência de Manoel e sua esposa Rosa. Assim, o cangaço se apresenta nessa trama como uma alternativa de saída para aquela situação, uma esperança frente à realidade rural, além de um caminho contra a exploração e a desigualdade sentidas diariamente na pele por Manoel e tantos outros sertanejos que se tornaram cangaceiros. Expondo também a falta de água e aridez da região, “foi na linguagem cinematográfica que Glauber Rocha conseguiu imprimir a realidade do sertão” (Dos Santos, 2012, p. 5).

Frederico de Mello (2011, p. 89), além de afirmar que as especificidades socioculturais e políticas do rural brasileiro, somadas à cultura que valorizava a

violência no seio nordestino, contribuíram para a inserção de jovens em bandos de cangaceiros, delineia ainda outras motivações que resultaram na entrada de sertanejos no movimento do Cangaço. A título de exemplo, Manoel adere ao bando de Corisco em decorrência, além da notória pobreza supracitada, do desejo de vingar a morte do seu Padrinho Sebastião pelas mãos dos potentados locais: *“Capitão Corisco, eu queria entrar para o cangaço. Podia ser um cabra bom na ajuda dessa guerra. Não tenho o que fazê. Podia vingar o meu Padrinho Sebastião. Não foi o governo dos coronel que matou ele também?”*.

Ademais, segundo Mello (2011), muitos homens adotam o viver pelas armas em decorrência da perseguição por parte das autoridades municipais por conta do descumprimento da ordem local. Assim, “o cangaço figura como última instância de salvação para homens perseguidos. Representava nada mais que um refúgio, um esconderijo, espécie de asilo nômade das caatingas”.

Essa realidade é percebida nas palavras de Benício Alves dos Santos<sup>3</sup>, o Cangaceiro Saracura do bando de Ângelo Roque nos anos 1935 a 1940, o qual relata que, após trabalhar de lavrador, evidenciando a condição social que ocupava, foi *“obrigado a entrar por perseguição da polícia”*. Esse e outros relatos pertencem a um conjunto de entrevistas memorialísticas concedidas ao longo de anos por cangaceiros sobreviventes. Esses homens e mulheres narram as razões de sua entrada no Cangaço e a difícil realidade vivenciada diariamente nas caatingas do sertão nordestino: perseguições, fome, frio, e outras dificuldades. A título de exemplo, Benício dos Santos lembra que *“comia carne assada com farinha seca, dormia no chão forrado com coberta”*.

Não somente homens, mas o movimento do Cangaço se configura também pela presença feminina, algumas das quais são popularmente conhecidas como a Cangaceira Maria Bonita, companheira do Cangaceiro Lampião. Entretanto, as possíveis razões que motivam a entrada de mulheres no Cangaço divergem daquelas propostas ao sertanejo homem. Mulheres como Maria Adília de Jesus, que foi cangaceira entre os anos 1936 e 1938 e companheira do cangaceiro Canário, afirma ter adotado o “banditismo” por amor:

*Eu entrei no cangaço porque namorava com ele e meus pais não queriam e eu tinha muita amizade a ele, aí ele chegou e disse que ia pro sul, aí falou assim cumade eu vô embora pro sul, com 6 meses eu velho lhe buscar, você vai? eu falei assim: se você for pro inferno eu vou, quanto mais pro sul. Mas eu não sabia pra onde era que ele ia.*

Por outro lado, cangaceiras como Dulce Menezes dos Santos, que esteve no cangaço por somente alguns meses durante o ano de 1938 e era companheira do cangaceiro Criança, lembram a entrada no Cangaço como um momento doloroso, por terem sido obrigadas por seus companheiros à segui-los. Ela relata: *“eu não acompanhei ele porque eu quis, o meu caso com*

3 Os relatos a seguir foram recolhidos de 17 entrevistas (2021).

*ele eu tenho até vergonha de falar porque ele me pegou foi a pulso, com revólver”*. De semelhante modo, Rosa, esposa de Manoel na obra ficcional de Glauber Rocha, conhece o Cangaço por meio do marido e o segue, embora não o faça por escolha própria.

Assim, diante do exposto, percebe-se que a imagem do Cangaço, bem como do cangaceiro, se constrói de modo complexo e ocasionalmente problemático. É notório ainda haver muitas lacunas e divergências quanto à discussão acerca das motivações da entrada de homens e mulheres sertanejas no viver pelas armas. Ademais, continua ambígua a imagem do cangaceiro no que tange à função social exercida por esse sujeito: de um lado, tem-se a figura de um bandido que, em bandos, invade vilas e cidades, saqueando e até mesmo matando detentores do poder local e também parcela da população rural; por outro lado, contudo, tem-se a figura de um herói que, mediante uso da força, reage contra a opressão e injustiça presente no sertão (sobretudo) nordestino. No entanto, evidencia-se a relevância da figura do cangaceiro como um elemento caracterizador desse Brasil rural, considerando ser o Cangaço um resultado da conjuntura social, econômica e política observada no século XX em âmbito nacional.

### **RELAÇÕES ENTRE CORONELISMO E CANGAÇO**

Torna-se imprescindível salientar também a relação estabelecida entre a configuração do coronelismo e do cangaço, ambas ocupando um lugar de destaque no que tange ao rural brasileiro no alvorecer republicano. Aqui, novamente se situa um aspecto que contrasta em duas feições distintas no que concerne à ligação existente entre essas duas figuras no sertão nordestino.

Sob um viés, bandos de cangaceiros se colocam como inimigos dos coronéis e chefes locais ao considerar injusta e desigual a autoridade delineada por esses grupos no sertão nordestino, de modo que, mediante uso da violência, buscavam reprimi-los. A título de exemplo, em *Deus e o diabo na terra do sol*, o bando de Corisco, no qual Manoel se insere, luta contra o governo dos coronéis, e em contrapartida, sentindo que a sua influência local era ameaçada pelos cangaceiros, os chefes locais contrataram um matador para extinguir o bando chamado Antônio das Mortes.

Por outra perspectiva, tem-se que, por meio de alianças mútuas, não eram raras as situações em que um bando de cangaceiros se colocava a serviço de um fazendeiro e chefe político local. Quando ocorriam, essas relações se apresentavam de modo vantajoso para ambas as partes, embora sem qualquer vínculo de subordinação para qualquer lado envolvido: vinculando-se aos potentados rurais, os cangaceiros garantiam esconderijos para se protegerem da polícia,

enquanto crescia a autoridade dos chefes locais, que tinham ao seu lado violentos aliados. Nas palavras de Pernambucano de Mello (2011, p. 88): “ganhava os bandoleiros, que obtinham quartéis e asilos na caatinga, e ganhavam os proprietários, que se fortaleciam, engrossavam o prestígio com esse negócio temeroso”.

Os fazendeiros que concediam proteção aos cangaceiros ficaram conhecidos como “coiteiros”. Essa troca de favores foi particularmente fundamental para a sobrevivência dos grupos de cangaceiros, tendo em vista que, com a ajuda dos coiteiros, torna-se possível se refugiarem em casos de fraqueza, fome e ferimentos, bem como em circunstâncias de fuga policial, a fim de recuperar as forças e retornar à luta sertaneja. Em exemplo, até mesmo o cangaceiro Lampião, chamado Virgulino Ferreira da Silva, um dos bandidos mais conhecidos do Brasil por liderar um numeroso bando que aterrorizou por mais de vinte anos as cidades do sertão nordestino com saques, assassinatos e torturas como forma de vingar as injustiças que sua família sofrera na mão das oligarquias, precisou da ajuda de coiteiros:

O sucesso de Lampião apoiava-se na rede de coiteiros e no abastecimento constante de armas. Sustentava-se pelo suborno e pelos tratos entre o cangaço e o coronelismo, que definiam zonas livres de perseguição e indicavam áreas onde os cangaceiros podiam cometer seus assaltos. Essas áreas pertenciam naturalmente ao ‘território inimigo’, redutos de políticos ou famílias contrárias aos protetores de Lampião. (Paizante; Almeida; Santos; Ramalho; Lage, 2010).

Assim, ao possibilitar as “zonas livres de perseguição”, os fazendeiros e chefes locais também se beneficiavam, uma vez que os cangaceiros, em troca do “acoitamento”, colocavam-se à disposição dos potentados regionais como um tipo de milícia preparada para protegê-los de inimigos políticos e disciplinar seus subordinados, garantindo a manutenção do poder político sobre a população local nas mãos de seus coiteiros e preservando também a ordem social vigente. Em síntese, se estabelece uma relação mútua, em que as autoridades locais reafirmam o seu poder por meio dos cangaceiros, enquanto esses nutrem a sua existência através da segurança ofertada pela aliança

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Frente ao exposto, observa-se a complexidade por meio da qual o rural nordestino se configura nas décadas iniciais da República brasileira, delineando-se sob múltiplas facetas e particularidades por vezes ambíguas e contraditórias, tais como o intenso traço religioso, manifestado sobretudo mediante caráter popular, além do cangaço e do sistema coronelista, objetos do nosso breve estudo. Não coube aqui discutir os pormenores das origens e raízes dos caracteres em questão. Contudo, se propôs evidenciar que esses aspectos

não se apresentam de forma isolada, mas em constante diálogo, tendo em vista que se encontram inseridos num amplo quadro político, social e econômico fruto da mudança da estrutura do regime político nacional.

Para esse Brasil rural, a República em seu alvorecer se manifestava como um ideal distante e abstrato, enquanto as especificidades sociais, econômicas e políticas do rural brasileiro contribuíram para o efetivo arranjo do sistema coronelista, tendo em vista que esse tem sua base sustentada no compromisso de fidelidade com os governos federal e estadual e na pobreza latente que envolve a massa de trabalhadores dependente do mando dos coronéis. Ademais, a dura existência dos sujeitos nordestinos, marcada pela fome, miséria, dependência financeira, além da ardente seca que assolava o sertão e as rígidas leis dos coronéis, e conseqüentemente o sentimento de desamparo, abandono e revolta, possibilita (em partes) o desenvolvimento de um forte apego religioso à figuras como Antônio Conselheiro, que se mostravam mais próximos do povo, proporcionando uma espécie de refúgio da realidade rural. Por fim, essa conjuntura, somada ao desejo por vingança ou à busca por refúgio, contribuía também para a inserção de sertanejos em bandos de cangaceiros, bem como para a estruturação do Cangaço no solo nordestino.

Assim, esse Brasil rural se constrói caracterizado pela religiosidade popular, pelo uso da violência como forma de alcançar a justiça social e pelo exercício de um poder local defasado: um outro Brasil dentro do próprio Brasil, desamparado pelas autoridades republicanas e moldado através de contornos próprios e complexos que se misturam entre si, tecendo diariamente um questionamento notório e válido: existir, a que será que se destina?

## REFERÊNCIAS

- ATANÁSIO, Francisco Chagas. Sobre as “Terras do sem fim” e as “Terras de ninguém”: as percepções imaginárias do coronelismo a partir da literatura e da memória. *Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História*, São Luís, v. 9, n. 13, p. 93-111, 2012.
- DEUS e o diabo na terra do sol. Direção: Glauber Rocha. Produção: Glauber Rocha, Jarbas Barbosa. Rio de Janeiro: Copacabana Filmes, 1964.
- DOS SANTOS, Carolinne Nhoato; SANTIN, Janaína Rigo. O coronelismo retratado na literatura brasileira: análise da obra “São Bernardo”, de Graciliano Ramos. *Revista Digital Estudos Historicos*, Montevideo, n. 25, 2021.
- DOS SANTOS, Francisco. *Os Sertões do Cinema Brasileiro: a Guerra de Canudos no Cinema Novo e no Cinema após a Retomada*. 2012.
- DOS SANTOS, Valéria Cristiane Moura. A produção de representações do Cangaço no cinema brasileiro. *O Olho da História*, Salvador, n. 21, 2015.
- FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos: Gênese e Lutas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira. História, tempo presente e história oral, *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, 2002.



- FERRERAS, Norberto O. Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o Banditismo Social na América Latina. *História*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 211-226, 2003.
- GUERRA de Canudos. Direção: Sérgio Rezende. Produção: Mariza Leão. São Paulo: Columbia TriStar Filmes do Brasil, 1997. 1 vídeo (95min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=34iCB9r1CY>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano, vol.1 – O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 121-160.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 43-74.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. 5. ed. São Paulo: A Girafa, 2011.
- NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. 2.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008
- 17 ENTREVISTAS raras com ex-cangaceiros. 1 vídeo (24min). Publicado pelo Nossa História em Imagens., 22 março 2021. Disponível em: <https://youtu.be/whNdOdzPLps>. Acesso em: 19 abr. 2022
- PAIZANTE, Ariane. ALMEIDA, Edlaine. SANTOS, Gabriel. RAMALHO, Joyce. LAGE, Luylla. *Revolta do Cangaço*. 4 de setembro de 2010. Disponível em: <https://historia-doscangacos901.blogspot.com/>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 83. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SANTOS, CAROLINE LIMA. Entre o cangaceiro e o cangaço: O cinema e suas representações das histórias do Brasil. In: Simpósio Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2011.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira república*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- TOLENTINO, Célia Aparecida Ferreira. *Deus e o diabo na terra do sol e o dragão da maldade contra o santo guerreiro: dois tempos do rural em Glauber Rocha*. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 23/24, n. 1/2, p. 69-92, 1992/1993.

---

## *Existirmos: a que será que se destina – Perspectivas acerca de um Brasil rural*

### **Resumo**

O presente trabalho tem por objetivo traçar uma breve análise acerca das facetas que delineiam a realidade rural nordestina brasileira no alvorecer da Primeira República: a religiosidade popular, expressa em movimentos religiosos como o de Canudos; a configuração do banditismo social, em especial o cangaço; e o sistema coronelista. Para tanto, se faz uso de obras históricas e produções cinematográficas e literárias, bem como relatos memorialísticos. Em termos teóricos, propõe-se um diálogo com trabalhos no campo da história do Brasil republicano, com foco para o estudo do coronelismo e banditismo social. A título de conclusão, é proposto observar a estreita ligação entre essas três facetas do rural brasileiro, tendo em vista o fato de constituírem um complexo quadro político, social e econômico fruto da mudança da estrutura do regime político nacional, evidenciando sua relevância para a formação dos contornos que moldam o Brasil rural.

**Palavras-chave:** Brasil Rural; República; Religiosidade; Cangaço; Coronelismo

---

## *To exist: what is it intended for – Perspectives on rural Brazil*

### **Abstract**

This paper provides a brief analysis on the outlining facets of Brazilian northeastern rural reality at the dawn of the First Republic: popular religiosity, expressed in religious movements like Canudos; the configuration of social banditry, especially cangaço; and the coronelist system. Historical texts, cinematographic and literary productions, and memorialistic accounts were investigated. A theoretical dialogue is proposed with works on the history of republican Brazil, focusing on coronelism and social banditry. To conclude, we observe the close connection between these three facets of Brazilian rural areas to constitute a complex political, social and economic framework, the result of the change in the national political regime structure, highlighting its relevance for shaping rural Brazil.

**Keywords:** Rural Brazil; Republic, Religiosity; Cangaço; Colonelism

---

**Recebido em:** 28 de março de 2024.

**Aprovado em:** 09 de julho de 2024.